

F U N D A Ç Ã O

F E R N A N D O
H E N R I Q U E
C A R D O S O

Arilson Favareto
Camila Dias de Sá
Eduardo Viola
Rachel Biderman
Suely Araújo

Organização:

Alice Noujaim, Beatriz Kipnis e Isabel Penz



Cadernos Vale a
Pena Perguntar:
Meio Ambiente
e Desenvolvimento

Organização:

Alice Noujaim, Beatriz Kipnis e Isabel Penz

Edição:

Alice Noujaim, Beatriz Kipnis, Isabel Penz e Sergio Fausto

Projeto gráfico:

Lisia Lemes - Lilemes Comunicação

Diagramação:

Felipe Martins - Wonderweb

Copyright © Fundação FHC 2024

Cadernos Vale a Pena Perguntar: meio ambiente e desenvolvimento / organização Alice Noujaim, Beatriz Kipnis e Isabel Penz. -- 1. ed. -- São Paulo: Fundação FHC, 2024.

Vários autores.

30 p.

ISBN: 978-65-87503-42-4

1. Brasil. 2. Meio ambiente. 3. Desenvolvimento econômico. 4. Desenvolvimento sustentável. 5. Mudanças climáticas. I. Noujaim, Alice. II. Kipnis, Beatriz. III. Penz, Isabel. IV. Fundação FHC. V. Série.

CDU: 504(81)

Jéssica Almeida – Bibliotecária – CRB-8/10593

As entrevistas foram editadas para melhor compreensão e concisão.

As opiniões dos entrevistados não refletem necessariamente a opinião da Fundação FHC.

Este trabalho pode ser reproduzido gratuitamente, sem fins comerciais, em sua totalidade ou em parte, sob a condição de que sejam devidamente indicados a publicação de origem e seu autor.



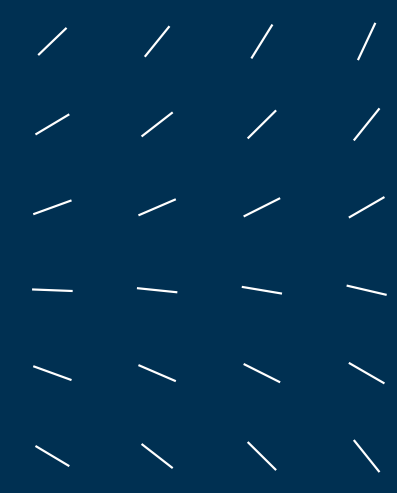
Apresentação

O Projeto Vale a Pena Perguntar busca responder a questões essenciais para o futuro da democracia, em conversa com especialistas. O objetivo é disseminar conhecimento sobre temas relevantes para um público mais amplo, sobretudo estudantes e professores, tornando os saberes da academia mais acessíveis. Começamos, em 2022, no formato de minidocumentários com temporadas de vídeos curtos, disponíveis gratuitamente no YouTube da Fundação FHC. Esta publicação é um compilado com mais perguntas e respostas que acreditamos que valem a pena ser compartilhadas.

A crise dos modelos de desenvolvimento, diante da urgência das mudanças climáticas, ultrapassa fronteiras e abrange dimensões políticas, econômicas, sociais e ambientais. O Brasil foi, e segue sendo, um ator central nesse processo: tem 60% da maior floresta tropical do mundo, é o quinto maior emissor de gases de efeito estufa, potência agrícola e protagonista nas negociações climáticas globais. Para ter legitimidade, o país precisa reduzir suas emissões, concentradas sobretudo na mudança de uso da terra (desmatamento) e agropecuária. As mudanças climáticas já vêm impactando o país. Elas podem comprometer a capacidade produtiva do agronegócio e agravar o problema da desigualdade.

Na Amazônia, o controle do desmatamento passa não só por ações de comando e controle, mas também por alternativas de desenvolvimento para a região, que apresenta os piores indicadores socioeconômicos do Brasil. Manter a floresta em pé e incluir as populações da região deveria ser o norte para um novo modelo econômico de baixo carbono, enfrentando os desafios técnicos, de infraestrutura e de investimento. O desmatamento no Cerrado, em rápido crescimento, embora na maior parte se dê de acordo com a legislação, também representa um desafio, pelos riscos que representa às fontes de água doce e à biodiversidade.

O modelo de desenvolvimento que predomina no Brasil é tracionado pela exportação de commodities, em particular grãos e carnes. Embora bem-sucedido, ele enfrenta desafios crescentes à sua sustentabilidade. Parte do setor tem consciência desses desafios e busca respondê-los à altura. Na representação do setor no Congresso, porém, predominam as forças mais resistentes às mudanças necessárias para dar sustentabilidade ao agronegócio. Fazer essas mudanças é do interesse do Brasil e do próprio setor, independente de pressões internacionais.



Tais questões refletem tanto a urgência de se repensar os modelos de desenvolvimento no Brasil, quanto a necessidade premente de buscar soluções viáveis e justas diante do desafio climático global — considerando não apenas os impactos internos, mas também o papel do país no cenário internacional, suas responsabilidades globais e as oportunidades emergentes em uma economia de baixo carbono.

Neste volume, convidamos os leitores a conhecerem as visões de cinco especialistas do tema, entrevistados entre outubro e novembro de 2023: **Arilson Favareto**, professor da Universidade Federal do ABC e coordenador do núcleo de pesquisas Cebrap Sustentabilidade, **Camila Dias de Sá**, pesquisadora, professora e coordenadora da área de Meio Ambiente do Insper Agro Global, **Eduardo Viola**, pesquisador sênior do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo e professor da Escola de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas, **Rachel Biderman**, vice-presidente sênior para as Américas da *Conservation International*, e **Suely Araújo**, especialista sênior em Políticas Públicas no Observatório do Clima e ex-presidente do Ibama.

Organizamos o material pensando em duas formas de leitura. O leitor pode optar por ler as entrevistas completas, uma por uma, mergulhando nas visões e análises de cada especialista. Alternativamente, pode usar o índice para encontrar e acessar diretamente as perguntas que mais despertem seu interesse e curiosidade.

Boa leitura!

Sergio Fausto

Diretor da Fundação FHC

Alice Noujaim, Beatriz Kipnis e Isabel Penz

Equipe de Estudos e Debates



Índice com perguntas

07 Suely Araújo

- 07 Qual é o quadro atual das emissões de gases de efeito estufa no Brasil?
- 09 Que políticas estão sendo adotadas para adaptar o país às mudanças climáticas?
- 09 Como o Brasil pode conciliar seu desenvolvimento econômico com a redução das emissões de carbono, de forma justa e eficaz?

11 Rachel Biderman

- 11 Por que é importante manter a floresta em pé, e quais soluções podem ser implementadas para garantir isso?
- 12 Quais são os esforços em curso para proteger a Amazônia, em um contexto regional?
- 13 Quais são os principais obstáculos para tornar o agronegócio mais sustentável?
- 14 Como é a dinâmica entre ambientalistas e o setor do agronegócio no Congresso Nacional? Há espaço para um diálogo construtivo?

16 Camila Dias de Sá

- 16 Qual a história do desenvolvimento da agropecuária no Brasil? Como o território foi transformado?
- 17 Como a preocupação com os impactos ambientais transformou o comércio global de alimentos e de commodities?
- 18 Qual é o potencial impacto do Cadastro Ambiental Rural (CAR) na sustentabilidade da agropecuária?

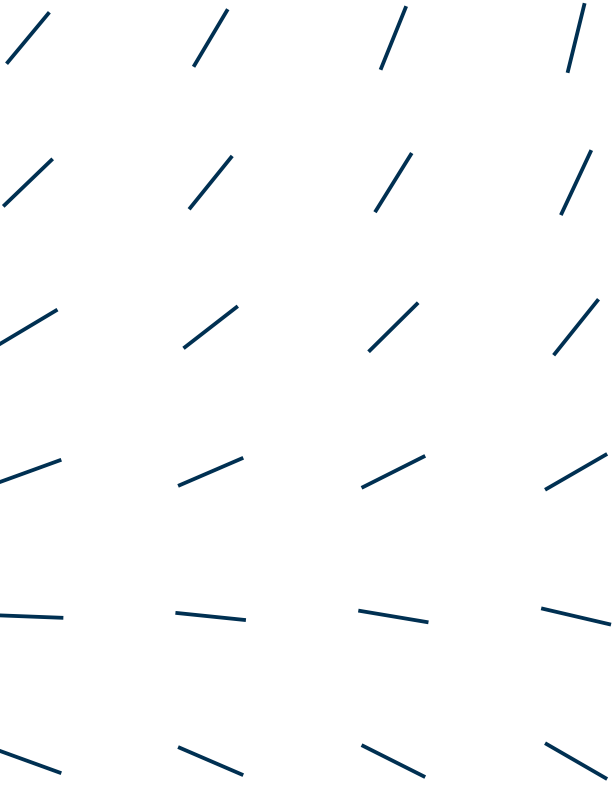
- 19 Como o agronegócio pode contribuir para uma economia de baixo carbono, e quais são as soluções práticas para reduzir o desmatamento?

20 Eduardo Viola

- 20 O que é desenvolvimento sustentável?
- 21 A redução do consumo de energia é imperativa para a sustentabilidade?
- 21 Qual é o papel das guerras atuais na transição energética global?
- 21 Qual é o papel esperado do Brasil, na arena internacional, em relação ao enfrentamento das questões climáticas?
- 22 Como o agronegócio brasileiro está se posicionando diante das mudanças climáticas? Que diferenças internas existem no setor?

23 Arilson Favareto

- 23 Qual é o histórico das políticas de desenvolvimento do Brasil e sua relação com o meio ambiente?
- 25 Como essas políticas transformaram o território? Quem ganhou e quem perdeu nesse processo?
- 27 Podemos mudar os rumos do nosso desenvolvimento, considerando um viés sustentável?





SUELY ARAÚJO

É coordenadora de Políticas Públicas do Observatório do Clima e trabalhou como consultora legislativa da Câmara dos Deputados por 29 anos. Foi presidente do Ibama entre 2016 e 2018. Urbanista e advogada, doutora em ciência política pela Universidade de Brasília, autora ou coautora de mais de 50 artigos em periódicos técnicos e de livros, como 'Direito Ambiental e Sustentabilidade' (Editora Senac São Paulo, 2021). Professora no mestrado e no doutorado em Administração Pública do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Pesquisadora colaboradora plena no programa de pós-graduação do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (Ipol/UnB).

Qual é o quadro atual das emissões de gases de efeito estufa no Brasil?

Se perguntarmos para os brasileiros qual é o município que mais emite gases de efeito estufa (GEE), acho que a resposta “São Paulo” ganharia disparado. Mas os municípios que mais emitem, no caso brasileiro, são municípios da região amazônica, em que o desmatamento é muito alto. Dos dez municípios que mais emitem GEE, oito estão na Amazônia. São Paulo aparece em quinto lugar. Poucas pessoas conseguem acreditar que é essa nossa realidade.

O Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), do Observatório do Clima, monitora há mais de dez anos as diferentes fontes de emissões de gases de efeito estufa, e disponibiliza os dados integrais, inclusive com planilha de cálculo, na internet. Dados referentes a 2019 mostram que Altamira, no Pará, foi o município com maior emissão de GEE no país¹. É uma área de muita pressão por desmatamento, inclusive em áreas indígenas

e em unidades de conservação. Realidades próximas da brasileira podem ser encontradas em poucos países, com florestas extensas e ritmo de desmatamento acelerado, como Indonésia e Congo, mas a maior parte dos países tem um quadro de emissões em que prevalece o setor de energia, com dependência do carvão mineral e outras fontes fósseis. No caso brasileiro, o controle das emissões de GEE passa obrigatoriamente pelo controle do desmatamento.

Qual é a cara do Brasil no quadro de emissões? É um quadro bastante peculiar, porque 49% das nossas emissões são derivadas de mudanças de uso da terra e florestas². Isso é sobretudo desmatamento. Metade das nossas emissões vem do desmatamento, e a maior parte do desmatamento no país é ilegal. Quando cruzamos os alertas de desmatamento com informações que vêm do Ibama e dos órgãos estaduais, não há correspondência com o que está autorizado — mais de 90% do desmatamento no país não tem registro. Desmatar sem autorização é crime. Então a maior parte das nossas emissões pode ser considerada caso de polícia.

1 Ver: “SEEG – Sistema de Estimativa de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa”, 16 fevereiro 2024, Observatório do Clima, seeg.eco.br.

2 Ver: “SEEG – Sistema de Estimativa de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa”, 16 fevereiro 2024, Observatório do Clima, seeg.eco.br.

Não temos a mesma realidade no país inteiro. O governo Lula agora está conseguindo fazer baixar o desmatamento na Amazônia de forma relevante. Os indicadores do sistema de terra do INPE mostram que realmente está em uma curva descendente clara, mas ainda não até o nível necessário. Por outro lado, no Cerrado está subindo, especialmente no Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), uma importante fronteira agrícola do grande agro na qual o desmatamento, em geral, é feito com autorização estadual. Os estados da região estão em um processo de liberar autorizações de supressão de vegetação de forma automatizada, sem colocar requisitos ambientais.

Se o Brasil conseguir controlar o desmatamento — legal e ilegal — estimular o uso de áreas já abertas e a recuperação ambiental, já chegaria perto de suas metas climáticas, mesmo que deixasse as outras áreas no *business as usual*. O Partido dos Trabalhadores (PT) já fez isso — entre 2004 e 2012 reduziu mais de 80% o desmatamento na Amazônia. Se conseguir repetir, nosso compromisso internacional estabelecido para 2025 em termos de corte de emissões pode ser alcançado.

A segunda fonte de geração de emissões de gases de efeito estufa é o agro, responsável por 25%³, com a pecuária pesando muito. Para melhorar esse quadro poderíamos adotar, por exemplo, a rotação de pastagem e, na parte agrícola, o plantio direto. Há uma série de tecnologias dentro do Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC) que, se implementadas, ajudariam muito. Vai zerar? Não. O Brasil tem muito gado, e gado emite metano, um dos gases de efeito estufa. Mas dá para melhorar muito. E o governo tem uma ferramenta excelente, controla os recursos do Plano Safra. Até agora, o governo do PT diminuiu os juros de quem faz Agricultura de Baixo Carbono, mas deveria ser mais rígido nesse tema.

Se me colocassem em um cargo para controlar essa ferramenta, eu definiria que 100% dos recursos do Plano Safra só poderiam ir para a Agricultura de Baixo Carbono. E demandaria

a demonstração de recuperação da área, cumprimento da legislação ambiental, estímulo ao plantio direto, rotação de cultura e rotação de pastagem. Talvez nem seja necessária uma lei, poderia até ser um pacto com os ruralistas, uma espécie de cronograma do ABC, mais ambicioso, que estipulasse que, daqui a dois anos, 40% dos recursos públicos para o agro têm que ser ABC, depois, 60%, etc. Números de 2022 que andaram circulando nos jornais⁴ dizem que a participação do Plano ABC no Plano Safra não chegava nem a 2%. Todos os governos brasileiros mostram o Plano ABC nas conferências do clima, mas na realidade o percentual é muito pequeno, quando deveria ser a regra.

A terceira fonte de emissões é o setor de energia, com 18%. Temos uma matriz elétrica privilegiada em relação às emissões, com participação muito alta de renováveis, incluindo hidrelétricas — que vêm com muitos problemas sociais e ambientais. Precisamos corrigir esses problemas, mas as hidrelétricas não deixam de ser uma fonte renovável, e é provável que usar mais as usinas existentes em vez de construir novas seja o mais adequado. A eólica também está em alta, assim como a solar. Precisamos ter cuidado para que as fontes renováveis não tragam demasiados problemas sociais e sejam



O controle do desmatamento precisa ser associado ao fomento a atividades produtivas sustentáveis. Senão, na primeira oportunidade, entra um governo que nega a própria política ambiental, e a taxa de desmatamento volta a explodir.



3 Ver: “SEEG – Sistema de Estimativa de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa”, 16 fevereiro 2024, Observatório do Clima, seeg.eco.br.

4 Ver: Juliano Assunção e Priscila Souza, “A Sustentabilidade no Plano Safra”, *Nexo Políticas Públicas*, 26 julho 2022, Opinião, <https://pp.nexojournal.com.br/opiniao/2022/07/26/a-sustentabilidade-no-plano-safra>

deslegitimadas por causa disso. Estamos tendo problemas sérios com as eólicas no Nordeste, com exclusão social e afastamento de comunidades locais das suas terras.

Agora, em relação à matriz energética, temos uma dependência muito grande de petróleo e diesel, devido à nossa malha rodoviária e por nossas cidades não adotarem o transporte público como prioridade. Não precisa nem ser ônibus elétrico, só de transformar transporte individual em ônibus já se ganharia em termos de emissões. O elétrico é uma segunda discussão.

A indústria é nossa quarta fonte de emissões, com 4%, e resíduos, em quinto lugar, também com 4%⁵. Diante deste quadro de emissões, fica claro que precisamos controlar o desmatamento. Não basta comando e controle para isso. O controle do desmatamento precisa ser associado ao fomento a atividades produtivas sustentáveis. Senão, na primeira oportunidade, entra um governo que nega a própria política ambiental, e a taxa de desmatamento volta a explodir. As medidas de permanência incluem regularização fundiária, instrumentos econômicos e um novo modelo produtivo, principalmente para a Amazônia, que deve se lastrear em produtos da sociobiodiversidade, com investimento em tecnologia e pesquisa, uso de produtos locais e industrialização com unidades que tenham controle ambiental e baixo carbono, para conseguir gerar emprego junto com a proteção dos recursos naturais.

//

A mudança climática é muito injusta socialmente. Os eventos extremos atingem com muito mais força a população pobre, periférica, negra, mulheres.

//

5 Ver: "SEEG – Sistema de Estimativa de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa", 16 fevereiro 2024, Observatório do Clima, seeg.eco.br.

Que políticas estão sendo adotadas para adaptar o país às mudanças climáticas?

O Brasil está muito atrasado nas políticas de adaptação às mudanças do clima. É um assunto que está demorando para entrar na agenda, e já deveríamos estar muito mais empenhados internamente nesse quesito. Temos um país com uma costa enorme e muito povoada, e já estamos observando elevação do nível do mar. Alguns trechos da nossa costa já estão impactados. Por exemplo, Recife é sempre colocada na lista das cidades no mundo mais suscetíveis a desastres climáticos.

Essa questão impõe não só políticas, como os planos nacionais, estaduais e municipais de mudança do clima, mas mudanças na legislação de uso, parcelamento e ocupação do solo urbano. Não estamos fazendo isso. Precisamos mudar Plano Diretor — uma legislação que demora anos para ser aprovada —, colocar o potencial construtivo afastado da faixa litorânea, não mais na beira do mar. Além disso, tínhamos que estar trabalhando toda essa política de adaptação junto com a de mitigação, com a redução das emissões. Algumas realidades estão postas. Os eventos extremos estão vindo com uma frequência cada vez mais acelerada e intensa. Sabemos que determinadas cidades terão inundações todo ano, precisamos fazer alguma coisa.

A mudança climática é muito injusta socialmente. Os eventos extremos atingem com muito mais força a população pobre, periférica, negra, mulheres — a cara da nossa pobreza. É a população que não tem condição de morar em outro lugar, e que uma hora vai precisar ser realocada. Precisamos fazer isso logo.

Como o Brasil pode conciliar seu desenvolvimento econômico com a redução das emissões de carbono, de forma justa e eficaz?

O Brasil pode, e deve, assumir liderança mundial nesse tema. O Observatório do Clima



defende que o Brasil, entre as grandes economias do mundo, é o único país com condição de ser carbono negativo até o ano de 2045. Sabemos que o principal caminho é o controle do desmatamento, e que existem alternativas para a questão das emissões da agropecuária, a agropecuária de baixo carbono. Sabemos fazer isso. Agora temos que fazer e não ficar só em narrativas bonitas. O governo lançou um plano de transformação ecológica. Temos que eliminar as contradições do atual governo em relação aos combustíveis fósseis, e mostrar para o mundo uma proposta de descarbonização, de como o Brasil vai usar ainda os fósseis só para consumo próprio, prevendo redução de demanda, e parar de tentar ser um grande produtor de petróleo. Não é a vocação do Brasil.

Precisamos fazer muito mais, até porque essas atividades geram dinheiro, mas não distribuição de renda, não geram justiça social. É só ver as áreas com exploração de petróleo já há muitos anos, as questões sociais não foram resolvidas. Principalmente com o petróleo *off-shore*, há alta concentração de renda. Mesmo com os *royalties*, que podem ser importantes, o caminho é outro. É um caminho baseado em uma economia descarbonizada e no aproveitamento dos nossos recursos naturais, com tudo que tem de valioso. O Brasil é considerado o país mais biodiverso do mundo e com a maior disponibilidade de água doce. Temos condições de realmente assumir a liderança com respeito aos direitos das comunidades locais, dos indígenas e outros grupos de populações e comunidades tradicionais. Precisamos valorizar todo o conhecimento desses povos.

E esse é o esforço do Observatório do Clima e, em geral, do movimento ambientalista. Precisamos também conversar com o setor produtivo, tentar fazer com que toda essa perspectiva seja muito mais do que uma narrativa, que seja verdade, e que seja efetiva. Mas tem muito *greenwashing*⁶. Então precisamos exigir, por exemplo, que o setor produtivo na reindustrialização do país — que precisa ocorrer, porque o país tem que ter emprego — atue com respeito à legislação ambiental, sem buscar

flexibilizá-la, e se preocupe com as emissões, não só na planta industrial, mas em todo o ciclo de vida do produto. Precisamos trabalhar mais com a economia circular, com retorno de embalagens e de alguns produtos após o uso. Há muito para ser feito e tenho esperança de que o Brasil vai conseguir.

⁶ “Lavagem verde”, em tradução livre. Refere-se a casos em que marcas, empresas ou governos criam uma falsa aparência de sustentabilidade ambiental.



RACHEL BIDERMAN

É vice-presidente sênior para as Américas da *Conservation International*, lidera equipes em nove países, com foco em conservação e restauração de ecossistemas, produção sustentável, soluções climáticas baseadas na natureza, Amazônia, oceanos, e sustentabilidade socioambiental, atuando em parceria com povos indígenas e comunidades locais. Tem mais de 30 anos de experiência em gestão, pesquisa, educação, e consultoria nas áreas de sustentabilidade, meio ambiente, e mudanças climáticas. É doutora em Gestão Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas, com estágio na *Harvard Kennedy School of Government*, e mestre em Ciência Ambiental pela USP e em Direito Internacional pela *American University*. Antes foi diretora executiva do *World Resources Institute* no Brasil, e co-facilitadora da Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura (2020–2022).

Por que é importante manter a floresta em pé, e quais soluções podem ser implementadas para garantir isso?

A floresta é importante não só pela vida dentro dela — espécies e biodiversidade —, mas também porque produz água, absorve carbono, tem um papel na qualidade do solo, etc. A humanidade se beneficia desses serviços ambientais que os ecossistemas florestais nos prestam gratuitamente. Como o Brasil é um país tropical, com a maior floresta tropical do mundo, nossos olhos rapidamente se voltam para a Amazônia. Mas temos outro bioma florestal muito significativo, a Mata Atlântica, que apesar de ter sido praticamente devastada, ainda tem 7, 8, 9% preservados, dependendo do estado. Esse bioma é significativo porque a maior parte da nossa população vive na costa atlântica, que depende da Mata Atlântica para ter água, equilíbrio térmico e alimentos. Sabemos que as cidades que ainda têm floresta têm uma temperatura mais agradável. Isso está mais que comprovado.

Agora, com o desafio climático, precisamos proteger a floresta. Para isso, precisamos mudar algumas práticas. A principal é reduzir o

desmatamento. Precisamos também restaurar mais as áreas degradadas, para que elas voltem a ser floresta, e precisamos conservar o que ainda existe. Conservar, porque precisamos dos serviços ecossistêmicos que a floresta nos presta, principalmente a água, a polinização, o sequestro e armazenamento de carbono, entre outros. A água que irriga a agricultura brasileira por meio da chuva, garantia do nosso produto exportador, em grande parte vem da floresta amazônica. Poucos se dão conta disso.

Para continuarmos nesse círculo virtuoso, já estamos vendo soluções incríveis acontecendo na prática. Existe um movimento enorme não só na Mata Atlântica, mas também na Amazônia, de restauração de terras degradadas. Dependendo da conta, o Brasil tem entre 80 a 200 milhões de hectares⁷ de terras degradadas, em que já houve algum tipo de atividade econômica, e hoje não servem mais para aquela atividade econômica. Muitas dessas terras são abandonadas. Se usarmos essas terras para regenerar o solo e gerar alguma atividade econômica, vamos beneficiar pequenos, médios e grandes produtores rurais, e o meio ambiente.

⁷ Ver: Kevin Damasio, “Brasil Quer Alavancar Recuperação de Terras Degradadas”, *O Eco*, 6 setembro 2023, <https://oeco.org.br/reportagens/brasil-quer-alavancar-recuperacao-de-terras-degradadas/>.

A população mundial aumentou muito, e o Brasil é um dos grandes fornecedores de alimentos do mundo. Muitas das terras degradadas do Brasil poderiam voltar a ser produtivas, não só para gerar renda e recurso financeiro para o país, mas também alimento para o planeta. Há financiamento de diferentes níveis acontecendo para isso, desde investidores de impacto até os grandes conglomerados financeiros, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

//

Grande parte da água que irriga a agricultura brasileira por meio da chuva, garantia do nosso produto exportador, vem da floresta amazônica.

//

Hoje já há uma sinalização muito forte do governo em prol da restauração. Existem diversos movimentos: a Aliança pela Restauração da Amazônia, o Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, o Movimento Araticum pela Restauração do Cerrado⁸ e movimentos de produção de sementes e mudas no país. Recentemente fundou-se o Redário⁹, uma rede que une os diferentes coletores e produtores de sementes do Brasil. Neles estão envolvidos jovens, lideranças indígenas, quilombolas, produtores rurais de todas as gerações, e muita gente da academia.

Esse também é um movimento econômico, porque várias cadeias de produção estão sendo geradas em torno disso. O Brasil é um dos poucos países que ainda tem florestas

8 Ver: "Aliança pela restauração na Amazônia — Um pacto pela conservação na Amazônia brasileira, acesso em 17 janeiro 2024, aliancaamazonia.org.br, "Araticum - Articulação pela Restauração do Cerrado", acesso em 17 janeiro 2024, <https://araticum.lapig.iesa.ufg.br/>

"Pacto pela restauração da Mata Atlântica", acesso em 17 janeiro 2024, pactomataatlantica.org.br.

9 Ver: "Redário", acesso em 17 janeiro 2024, redario.org.br.

conservadas em larga escala. Para ter sementes para os processos de restauração, precisamos de conservação, de parques nacionais, estaduais e municipais e de áreas privadas também. Temos sistemas de viveiros — muitas famílias vivem de produzir mudas — e capacidade técnica na área agroflorestal, além de um grande contingente de engenheiros e engenheiras agrônomos e florestais.

Tudo isso somado é um pedaço da bioeconomia. Claro que, em geral, isso ocorre em uma escala micro e pequena. Não estou falando da grande exportação de grãos do Brasil, isso é outro pedaço da economia. Estou falando da pequena economia que vai gerar mais emprego, mais renda no nível local e onde é fundamental a recuperação de áreas degradadas. Precisamos atrair mais capital privado e mais investimento de impacto, porque esse é um modelo que ainda está sendo testado, então requer ainda dinheiro de filantropia, e está se provando viável. O açaí e a castanha do Brasil viraram produtos de exportação, por exemplo. Podemos olhar para pelo menos outras 40 cadeias na Amazônia que podem sair do artesanal, ou micro e pequena escala, e virar produto de exportação, gerando renda para os locais.

Além deste grande pacote, temos que olhar para as populações vulneráveis que estão conservando, na Amazônia e na Mata Atlântica, os últimos rincões, os últimos fragmentos de floresta. São os indígenas, os ribeirinhos, os extrativistas, os pequenos produtores rurais, muitos deles sem acesso a crédito, sem treinamento, sem cooperativa, sem acesso a mercado. Precisam ser incluídos num esforço virtuoso de uma economia sustentável.

Quais são os esforços em curso para proteger a Amazônia, em um contexto regional?

A Amazônia não está apenas no Brasil. Compartilhamos a floresta amazônica com outros oito países: Venezuela, Guiana, Suriname, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, e Guiana Francesa. Temos feito muita troca, muito intercâmbio de conhecimento nas fronteiras. Preci-

samos promover isso em muito maior escala, porque entre as comunidades amazônicas dos países é possível fazer muito mais se colaborarmos mais.

Em 1995, foi criada a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com uma proposta de colaboração na área de economia, ciência, meio ambiente, tecnologia e logística. Foi uma visão muito bem construída, e existe uma organização que serve a esta visão, com sede em Brasília, que sobretudo compila e compartilha informações da Pan-Amazônia entre os países. Apesar de promover algum nível de troca, não é em uma escala do nível de um tratado de livre comércio, como é na Europa. Precisamos ter na Amazônia o que existe na Europa, uma colaboração profunda entre os países, com o aporte de recursos financeiros e de governança, com intercâmbio de ciência, com o livre circular das pessoas, com economias bilaterais e pan-amazônicas. Todo aquele sonho de uma possibilidade de união, inspirada na União Europeia, está longe de acontecer na Amazônia, mas é esta ambição que precisamos ter.

O Pacto de Letícia, assinado em 2009, foi uma tentativa de reunir os chefes de Estado e os governos para construir um olhar geopolítico mais consolidado. Foi um pacto intermediário muito bem-intencionado, com um grupo de atores que na época se reuniram para tentar reinstalar a visão do Tratado de Cooperação Amazônica. Em 2023 houve um encontro aqui no Brasil, com liderança do presidente Lula, convocando para esta visão maior, seguindo os passos do Pacto de Letícia. Então estamos tentando, de tempos em tempos, colocar na pauta a Pan-Amazônia. Precisamos acelerar isso agora, com a mudança do clima e a perda de biodiversidade. Nós, brasileiros, temos dificuldade, às vezes, de enxergar além da nossa fronteira, pelo gigantismo que nos é peculiar. A Amazônia é um sistema vivo que precisa ser pensado na sua integridade. Se perdemos a Amazônia, realmente perdemos as esperanças.

Quais são os principais obstáculos para tornar o agronegócio mais sustentável?

O Brasil como país agroexportador é exemplar em qualidade, em volume, e até certo ponto, em logística. Investiu-se durante muitas décadas nas melhores universidades de agronomia, engenharia florestal, química, biologia, todas conectadas. Temos capacidade de investimento, muita inteligência tecnológica, mecanismos de solução na veterinária, entre outros aspectos. O Brasil é expoente. Mas o Brasil precisa ser um agroexportador sustentável, e muitos dos grupos agroexportadores já entenderam isso. Há excelentes exemplos no setor do agro, grupos que se organizaram para ampliar a ambição de redução de emissão de gases de efeito estufa. Entenderam rapidamente o tema do clima. Frequento as negociações climáticas desde a Rio 92, são 30 anos já, e sempre o agro brasileiro esteve presente com gente muito capacitada. Então, boas notícias.

“

Uma possibilidade importante de mudar o jogo está na concessão de crédito.

”

Contudo, há um pequeno grupo que não acompanhou essas tendências, que não se importou. É o agro que está vivendo aquela mentalidade colonialista depredadora, e que ainda tem peso político, ainda elege muita gente para o Congresso, ainda elege para os Executivos. Esse grupo ainda está com aquela mentalidade curta de tirar o máximo que a terra pode dar e, quando a terra acaba, muda para o próximo pedaço de terra que compra a um custo baixo, porque o Brasil ainda tem terra a custo baixo. Este setor é pequeno, e uma parte dele está ligada a crimes de desmatamento e crimes ambientais, principalmente. Ainda há também uma mentalidade de uso excessivo de agrotóxico. Não se deram conta, ou não se importam, que



estão contaminando a própria água que bebem, exportando doenças. Os impactos que deixam, as externalidades, são enormes. Por exemplo, em muitas regiões do Brasil com uso intenso de agrotóxico, o nível de câncer é mais alto.

Para reverter esse quadro, as medidas são poucas, são simples e não são tão caras. É uma questão mesmo de convicção. E o movimento ambientalista não consegue conversar muito bem com esse grupo. Talvez porque fomos muito combativos ao longo do tempo e ainda não soubemos construir um canal. Mas existe um caminho do meio. No Congresso, mudar uma lei demora, e demora mais ainda até o Judiciário cobrar a aplicação da lei ambiental. Aliás, o Brasil tem as melhores legislações ambientais do mundo, desde a Constituição. No Judiciário não se consegue muita coisa. O Ministério Público já tentou, e é super competente para pressionar o cumprimento legal. Uma possibilidade importante de mudar o jogo está na concessão de crédito. E os investidores já começaram a incluir os critérios socioambientais, seja por questões de risco, seja porque estão começando a ser responsabilizados pelo dano ambiental e dano climático, entre as condicionantes para investirem. Além disso, a briga está mais forte no judiciário. Há uma geração que está processando, nas cortes de justiça mundo afora, as empresas que não cuidam da questão climática. Cobram ação das empresas e governos dizendo: “Você está violando as normas climáticas, e está tirando de mim meu direito de viver. Eu não vou poder ter filho”.

Então nosso agro já está sendo pressionado, inclusive pelas legislações europeia e americana — mesmo que países como a China não exijam padrões mais altos em importantes setores. Quero crer que em pouco tempo esse agro se tornará mais sustentável, porque a tecnologia já está disponível e o meio ambiente está cobrando a conta. Precisamos mudar a direção na qual vai o dinheiro.

Muitas ONGs que trabalham com empresas grandes estão mostrando que, em uma fazenda produtora, bastaria recuperar as nascentes de água, manter protegidas as áreas exigidas pelo Código Florestal, por razões ecológicas e de saúde animal, usar menos químicos e fazer uma produção agrícola sustentável, que em pouco tempo se reverteria muito desse

jogo. Ainda não estamos falando de produção orgânica, sabemos que ainda não é possível chegar em escala com orgânicos. Mas trata-se de produção mais sustentável, fundamental para a manutenção da qualidade ambiental e a produtividade a curto e longo prazo.

Outra parte seria reduzir o desperdício alimentar. Se o desperdício alimentar fosse um país, seria o quarto maior emissor de gases de efeito estufa¹⁰. Há desperdício de recursos desde a fazenda na qual a coleta é feita, porque os alimentos apodrecem e o produtor não consegue vender, no transporte, no armazenamento, nas cidades ou nos entrepostos, no final do consumo, na gôndola dos supermercados e dos grandes varejistas, e na casa de cada um. Imagina isso em termos de aproveitamento de alimentos. Nem precisaríamos plantar tanto se conseguíssemos absorver e usar melhor o que já é produzido.

Como é a dinâmica entre ambientalistas e o setor do agronegócio no Congresso Nacional? Há espaço para um diálogo construtivo?

É muito complexa a relação entre ambientalistas e o setor do agro no Congresso. Mais recentemente, estamos vendo um ápice do conflito. Mas vou dar um exemplo de um momento em que houve uma aproximação controversa entre o agro e o setor ambiental mais técnico, entendendo-se que era necessário um compromisso. Alguns dizem que não houve aproximação, mas eu diria que chegamos num acordo em 2012, com a grande reforma do Código Florestal e a criação da Lei da Proteção da Vegetação Nativa (Lei 12.651/2012).

O agro reivindica que a legislação ambiental é muito rígida, e que não há país no mundo com uma legislação tão rigorosa quanto a nossa, e que por isso somos menos competitivos.

10 Ver: World Resources Institute. *Food Loss & Waste Protocol*, acesso em 07 março 2024, <https://www.wri.org/initiatives/food-loss-waste-protocol>

Quem vem da área ambiental olha para isso e diz: “É do seu interesse fazer isso. Quando você tem uma reserva legal que se comunica com os seus vizinhos, você gera um corredor de vida que os animais podem percorrer. Você está permitindo mais saúde para o seu terreno com a presença de animais que fertilizam e que distribuem as sementes no seu processo digestivo. Você está protegendo a disponibilidade de água, está garantindo sombra para o seu gado. Então, esse Código Florestal ajuda, não atrapalha”. Mas para quem está pensando no curto prazo e não está pensando nas próximas gerações, isso é custo. Esse é o grande debate no Congresso Nacional. Os ambientalistas sempre resistiram a qualquer alteração desse código. Hoje, com a questão climática, ficou mais do que comprovado que emitimos menos gases de efeito estufa que outros países em função dessa legislação.

Além disso, não existe escuta. Há radicais dos dois lados, apontando o dedo e acusando. Historicamente, infelizmente, isso sempre aconteceu, e foi prejudicando e gerando ranços em ambos os lados. Mas criaram-se movimentos no meio do caminho. Sou parte de um movimento chamado Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura¹¹, que nasceu na véspera do Acordo de Paris para criar convergência entre o agro e o setor ambientalista. Hoje somos mais de 370 organizações do Brasil inteiro, desde associações de grandes produtores como a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) e a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), até entidades ambientalistas locais. O trabalho nesse espaço tem permitido levar soluções para o Congresso Nacional e para o Executivo, tanto no nível federal como estadual. Não somos voz majoritária. Tentamos conversar com os grupos do Congresso, mas hoje vivemos um momento muito difícil. E a bancada do agro no Congresso não representa esse grupo do diálogo. Há apenas alguns poucos ali. Precisamos reverter esse jogo. Precisamos levar essas visões e compromissos de longo prazo para os espaços de tomada de decisão, é a única maneira de avançarmos.

11 Ver: “Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura”, acesso em 17 janeiro 2024, coalizaobr.com.br.





CAMILA DIAS DE SÁ

É pesquisadora e professora do Insper Agro Global, onde coordena a área dedicada a estudar o nexo agroambiental. Possui experiência em temas agroambientais, comércio internacional do agronegócio, indústria de insumos agrícolas e coordenação de cadeias agroindustriais. É organizadora dos livros 'Sustainability challenges of Brazilian agriculture; governance, inclusion, and innovation' (Springer, 2023) e 'Estratégias de comercialização no agronegócio: estrutura de mercado e coordenação contratual' (FGV Management, 2015). É engenheira agrônoma, com doutorado no departamento de Administração, na área de Economia das Organizações da FEA-USP.

Qual a história do desenvolvimento da agropecuária no Brasil? Como o território foi transformado?

Antes da década de 1970, o desenvolvimento da agropecuária no Brasil se deu principalmente na faixa mais próxima ao litoral, com uma ocupação baseada em produtos tropicais. Começou com a exploração colonial portuguesa, com o ciclo da cana-de-açúcar, na época das capitânicas hereditárias. Passamos por outros ciclos, como borracha, cacau e café. Entre 1800 e 1930, as lavouras de café permitiram o desenvolvimento dos estados de Paraná, São Paulo e Minas Gerais. Nesse período da virada para o século 20, o Brasil atraiu muitos imigrantes europeus, que vieram em um primeiro momento para trabalhar nas fazendas de café, e depois expandiram a produção para outras commodities.

Em meados de 1960, agricultores começaram a ocupar mais o interior dos estados. Entre 1965 e 1975, a soja, uma cultura de clima temperado, foi introduzida em estados com clima mais frio, ocupando a região Sul. A partir de 1975, por incentivo governamental na época dos militares, com crédito sub-

sidiado e benefícios fiscais, os agricultores foram levados para o Centro-Oeste. Primeiro, o Baixo Centro-Oeste, que é a região do Triângulo Mineiro, Mato Grosso do Sul e Goiás. Mas para que essas regiões fossem ocupadas foram necessárias intervenções, pois trata-se do bioma Cerrado, muito quente e com solos pobres e ácidos.

Esse período coincide com a fundação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em 1973, que desenvolveu novas tecnologias que possibilitaram a expansão do agro nessa região, com estratégias de correção dos solos para torná-los aptos ao cultivo, de combate a pragas e de melhoramento genético, que adaptaram algumas espécies ao clima mais quente. A soja é o principal exemplo: uma cultura originalmente de clima temperado que foi totalmente adaptada à condição do Cerrado, fruto do trabalho da Embrapa.

Nas décadas seguintes, 1980 e 1990, essa marcha foi ainda mais para o Centro-Oeste, para o Mato Grosso, uma parte de Rondônia e do sul do Tocantins, já se aproximando mais da borda da Amazônia. E, mais recentemente, nas décadas de 2000 e 2010, chegou no que chamamos de "última fronteira", o Matopiba — Maranhão, Tocantins, Piauí e oeste da Bahia.

Até meados de 1990, nossa agricultura era muito controlada. Por exemplo, tínhamos controle de preços, formação de estoques, crédito subsidiado. Algumas políticas públicas eram mais assertivas que outras. Algumas eram necessárias, porque até 1970–75 o Brasil era importador de alimentos, então houve um esforço para atingir a soberania alimentar, produzir de forma suficiente, sem precisar importar. E em 1990 houve um choque de desregulamentação que expôs o agro ao mercado internacional. Esse foi também um choque de competitividade, porque os produtores tiveram que se tornar mais eficientes e mais competitivos. Tudo isso aconteceu de forma muito rápida e, em pouco tempo, houve uma transformação: de 1975 até hoje, aumentamos em sete vezes a produção e em quatro vezes a produtividade.

O Brasil acompanhava a média mundial de produtividade total dos fatores até meados da década de 1990 e, a partir da década de 2000, o país dá um salto, descolando totalmente dos demais países. Anualmente, o aumento da produtividade total dos fatores do agro no Brasil é, em média, 3,4%¹². Uma condição que poucos países conseguem são as chamadas múltiplas safras. O Brasil cultiva duas ou três safras e, atualmente, cerca de 30% da área colhida se dá em segunda ou terceira safra¹³. Do ponto de vista de poupar recursos, é possível produzir mais sem abrir novas áreas. Isso é fruto do pacote tecnológico, que também envolve plantio direto e fixação biológica de nitrogênio, e propicia uma intensificação mais orientada à sustentabilidade.

12 Ver: Figura 7 em: elaborada a partir de dados do USDA e Gasques et al., 2022 In: Insper Agro Global. *O Futuro do Comércio Global do Agronegócio e a Inserção do Brasil*, setembro 2023, 6LmClm4S2RviSot9SKsw.pdf (<https://www.insper.edu.br/noticias/especial-o-futuro-do-comercio-global-do-agronegocio-e-a-insercao-do-brasil/>), acesso em 11/03/2024.

13 Ver: Novaes et al., 2022 In: Embrapa, *Brazil's agricultural land, cropping frequency and second crop area: FAOSTAT statistics and new estimates*, <https://www.embrapa.br/en/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1140492/brazils-agricultural-land-cropping-frequency-and-second-crop-area-faostat-statistics-and-new-estimates>

Como a preocupação com os impactos ambientais transformou o comércio global de alimentos e de commodities?

O comércio mundial de alimentos está se transformando, ou a ponto de se transformar efetivamente. Se observarmos o Brasil no início dos anos 2000, nosso principal comprador era a União Europeia (UE), cerca de 40% das nossas exportações iam para lá. Hoje, esse número caiu para 17%¹⁴. Essa menor representatividade da Europa reflete o aumento da participação da China e de outras regiões, mas não exclui as preocupações europeias com a questão ambiental. A Europa tem feito um movimento de se desassociar do desmatamento. Mesmo que ainda sejamos o principal fornecedor do continente, a UE associa nossa produção ao desmatamento e à ameaça das mudanças climáticas.

É fato, portanto, que o comércio está mudando por demandas ambientais, especialmente dentro do Green Deal europeu. A legislação antidesmatamento da UE (EUDR na sigla em inglês para *European Union Deforestation Regulation*), uma das diversas iniciativas legislativas que compõem esse pacote verde, prevista para entrar em vigor após dezembro de 2024, exigirá dos importadores europeus que não comprem produtos associados ao desmatamento, independentemente de ser legal ou ilegal. A discussão de rastreabilidade no Brasil hoje é muito puxada por essa legislação, que praticamente institucionaliza a rastreabilidade com finalidade ambiental para comprovar a desassociação ao desmatamento. Por exemplo, vide o caso da pecuária brasileira, até que a carne seja vendida, o boi pode passar por até dez propriedades antes do abate, desde a propriedade em que ele nasceu, até onde ele foi cria, recria, engorda, até que o frigorífico compre de um fornecedor.

14 Ver: Insper Agro Global, *O Futuro do Comércio Global do Agronegócio e a Inserção do Brasil*, setembro 2023, <https://www.insper.edu.br/noticias/especial-o-futuro-do-comercio-global-do-agronegocio-e-a-insercao-do-brasil/>

Ainda não se tem muita clareza de como os resultados dessa legislação vão se dar na prática, tanto em termos dos fluxos de comércio, quanto no impacto real no desmatamento. Há uma preocupação de que muitos países menos desenvolvidos, além do Brasil — que talvez seja o país mais preparado para já atender esses requisitos —, não tenham condições de atendê-la. Acredito que essa será a grande prova de até que ponto os requisitos ambientais vieram mesmo fazer parte das regras do jogo.

Qual é o potencial impacto do Cadastro Ambiental Rural (CAR) na sustentabilidade agropecuária?

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um dispositivo dentro do Código Florestal, a legislação federal de conservação da vegetação nativa, ordenamento territorial, planejamento do uso do solo, monitoramento e controle. Sua implementação fica a cargo dos estados, que precisam ter recursos humanos, tecnologia e vontade política para implantá-lo. O Código Florestal foi aprovado em 2012 e durante cinco anos houve disputas judiciais acerca dele julgadas pelo STF. Depois que essas Ações Diretas de Inconstitucionalidade foram julgadas, houve maior progresso na sua implementação.

O produtor rural deve cumprir três etapas. Primeiro, a inscrição no cadastro, que é autodeclaratória. O produtor preenche os dados com o limite georreferenciado da propriedade dele, onde está a reserva legal, se tem área de proteção permanente, etc. Em seguida, os estados analisam essas informações. A segunda etapa são os programas de regularização ambiental. Quando existe um passivo, o produtor precisa desenvolver um plano de recuperação e assinar um termo de ajuste. A última etapa é a consecução desses planos, e o monitoramento pelo órgão estadual competente. Hoje há uma grande heterogeneidade na implementação, alguns estados estão muito mais avançados do que outros — Mato Grosso e Pará são os estados que mais avançaram, justamente porque são os mais pressionados pelas questões ambientais.



O Cadastro Ambiental Rural (CAR) tem sido usado indevidamente como uma ferramenta fundiária, para facilitar a grilagem de terras.



Até o final de 2023 havia oito unidades da federação mais avançadas — que já conseguiam cumprir todas as etapas e que já tinham programa de regularização ambiental em implementação, com monitoramento. Mas, o grande gargalo ainda está na primeira etapa. Cerca de 14% de toda a base cadastral já registrada tinha tido a análise iniciada, mas só 2,7% dos cadastros tinham tido a análise concluída¹⁵.

Por que é tão importante essa ferramenta? Ela pode ser atrelada a um sistema de rastreabilidade, um registro que atesta a conformidade ambiental da propriedade de origem, como no caso Selo Verde do Pará. É um grande instrumento de *compliance* do Brasil. No entanto, o CAR tem sido usado indevidamente como uma ferramenta fundiária, para facilitar a grilagem de terras. O Brasil tem mais de 50 milhões de florestas públicas não destinadas: áreas que não são terra indígena, área de conservação, reserva e nem propriedade privada. O CAR tem sido muito utilizado ilegalmente com finalidade de tomar posse dessas terras. Faz-se um registro em cima de uma área que não está destinada, e vai se contando com a morosidade do poder público, vão se criando subterfúgios para eventualmente conseguir tomar posse dessas áreas.

¹⁵ Ver: Joana Chiavari, Cristina Leme Lopes e Julia Nardi de Araujo, Onde Estamos na Implementação do Código Florestal? Radiografia do CAR e do PRA nos Estados Brasileiros — Edição 2023 (Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2023).

Como o agronegócio pode contribuir para uma economia de baixo carbono, e quais são as soluções práticas para reduzir o desmatamento?

A solução passa pelo cumprimento do nosso Código Florestal. Essa é uma legislação que induz a modernização da agricultura, porque no momento em que ela determina a reserva legal, acaba por induzir a intensificação sustentável da agricultura e da pecuária. Aproveito para fazer uns parênteses: tivemos um grande desenvolvimento e modernização da agricultura, mas a nossa pecuária ainda é, em média, atrasada. Nossa produtividade média é muito baixa, temos potencial para aumentá-la em até 500%, com um pacote tecnológico que inclui melhoramento genético, encurtamento do ciclo produtivo, manejo de pastagens, entre outras ações. Aumentar a produtividade pecuária também tem como efeito poupar a terra, ou seja, diminuir a abertura de novas áreas, poupando recursos.

Outra solução é a manutenção da floresta em pé. Mas o que vai fazer um produtor manter a floresta em pé além do que a lei manda? Precisa ser um negócio mais atrativo do que ele desmatar até o limite do possível dentro da sua propriedade.



Embora exista uma legislação de pagamentos por serviços ambientais sancionada no Brasil, ainda carecemos de instrumentos financeiros para que essa escolha de manter a floresta em pé seja viável e atrativa.



O Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC) é uma política pública que fomenta a adoção de tecnologias de menor emissão de gases de efeito estufa. Por exemplo, recuperação de pastagens tem um papel de mitigação e de melhoramento da produtividade, porque um boi no pasto bem manejado será mais produtivo. Ainda precisa de incentivos financeiros, de crédito diferenciado, para que ganhe escala. Nem todas as estratégias se pagam rapidamente, são muitas variáveis envolvidas. De maneira geral, tem muitas iniciativas, mas não temos visibilidade porque não temos inteligência de dados para mostrá-las.

Conhecemos alguns instrumentos, como os projetos de REDD+¹⁶, a remuneração do estoque de carbono pelo desmatamento evitado com créditos de carbono. Ele acaba sendo limitado em algumas regiões, não serve para todas as regiões ou nem sempre é atrativo pelo custo de oportunidade em relação ao plantio de soja, por exemplo. É preciso encontrar mecanismos que de fato sejam atrativos mediante o uso de toda a área possível de ser aberta. Existem também outros pagamentos por serviços ambientais que vão além de remunerar o estoque de carbono: conservação de nascentes, beleza cênica, biodiversidade, etc. Embora exista uma legislação de pagamentos por serviços ambientais sancionada no Brasil, ainda carecemos de instrumentos financeiros para que essa escolha de manter a floresta em pé seja viável e atrativa. Aqui estou falando do desmatamento legal — desmatamento ilegal é caso de polícia.

¹⁶ Sigla para o inglês Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation [Redução de emissões de desflorestamento e degradação de floresta].





EDUARDO VIOLA

É pesquisador sênior do Instituto de Estudos Avançados da USP, professor da Escola de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas (SP) e professor titular (aposentado) do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da UnB. É autor de 8 livros e mais de 50 capítulos de livros e 80 artigos publicados em periódicos científicos especializados. É membro do Conselho Diretivo do Centro Brasil no Clima. É doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e tem pós-doutorado em Economia Política Internacional pela *University of Colorado Boulder*.

O que é desenvolvimento sustentável?

O conceito de desenvolvimento sustentável tem uma longa história. O primeiro momento em que se discutiu o assunto foi na Conferência de Estocolmo, em 1972, com o termo ecodesenvolvimento, mas a definição não foi muito precisa. Em 1987, a Comissão Brundtland, uma Comissão das Nações Unidas, o define como uma combinação de minimizar o impacto ambiental, promover a prosperidade das gerações atuais e garantir que o desenvolvimento das gerações atuais não seja prejudicial às gerações futuras.



O desenvolvimento sustentável é aquele que respeita os limites planetários para que o equilíbrio da Terra não sofra uma disrupção radical.



Em 2006, o Relatório Stern elabora o conceito de economia de baixo carbono, e há cada vez mais o entendimento de que sim, é preciso minimizar impactos ambientais, mas também se torna fundamental descarbonizar a economia.

Hoje podemos dizer que desenvolvimento sustentável leva em consideração todos os limites planetários. O conceito, publicado em 2009 pelo *Stockholm Resilience Centre*¹⁷, afirma a existência de nove dimensões necessárias para o equilíbrio do planeta. A mais importante é a mudança climática, mas há também a biodiversidade, a poluição e acidificação dos oceanos, o ciclo do fósforo e do nitrogênio, a água, o solo, os aerossóis e a contaminação química, entre outros. Então, o desenvolvimento sustentável é aquele que respeita os limites planetários para que o equilíbrio da Terra não sofra uma disrupção radical.

17 Ver: Johan Rockström et.al., "Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity", *Ecology and Society*, 14(2): 32 (2009), <https://www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32/>. E atualizações em: "Stockholm Resilience Centre", acesso em 17 janeiro 2024, <https://www.stockholmresilience.org/research/planetary-boundaries.html>

A redução do consumo de energia é imperativa para a sustentabilidade?

O modelo atual de desenvolvimento — no mundo inteiro — é insustentável. Por isso estamos observando uma transição, ainda lenta e gradual, para outro modelo. Muitas pessoas, inclusive acadêmicos, defendem a necessidade de reduzir o consumo de energia. Acho utópico falar em redução, porque para aumentar os horizontes da espécie humana e a qualidade de vida na Terra, dependemos do aumento de consumo de energia. Isso significa viagens aéreas, turismo, medicina, promoção da longevidade saudável, etc.

Só que agora essa energia deve ser de baixo carbono, e não mais a fóssil. Esse é o modelo de desenvolvimento sustentável para o mundo. Isso inclui outras coisas: agricultura de baixo carbono, eletrificação dos sistemas econômicos, de todo o transporte e indústria, etc. Outra coisa importante é que esse modelo proteja a biodiversidade existente, e não avance mais sobre áreas de biodiversidade do mundo.

Qual é o papel das guerras atuais na transição energética global?

O impacto da guerra da Ucrânia sobre o processo de descarbonização tem sido muito negativo. Inicialmente, a Europa cortou o uso de gás natural proveniente da Rússia, e aumentou a produção de carvão em países como Alemanha, Polônia, República Tcheca, Eslováquia e Romênia.

Além disso, agora a palavra de ordem é segurança energética. Então, fazer sim, a transição energética, mas desde que subordinada à segurança energética — se não, os países ficam com um pé atrás. Já estamos com duas guerras importantes: a Guerra de Gaza e a Guerra da Ucrânia. Temos outras guerras, mas com impacto mundial limitado, como a guerra civil no Iêmen e a guerra civil no Sudão. Isso aumenta nas sociedades a priorização do risco geopolítico, e a preparação para o risco de guerra, o que gera uma corrida armamen-

tista, ponto fundamental e pouco destacado hoje. Se acontecer a expansão da guerra para o Hezbollah e o Irã, entraremos em um outro nível, que pode ser bem catastrófico para o mundo, porque pode levar o preço do petróleo às alturas.

Para muitos países, a segurança energética passa pela exploração de carvão, porque quase todo o mundo tem carvão. É o caso da China, que estava num processo de diminuição da proporção de carbono na matriz energética, e elétrica em particular, e agora está aumentando novamente.

Qual é o papel esperado do Brasil, na arena internacional, em relação ao enfrentamento das questões climáticas?

O lugar do Brasil no mundo está definido pelo controle do desmatamento na Amazônia. E tem que ser drástico. O Brasil já fez isso e é muito provável que volte a fazer. Ao mesmo tempo que o governo Lula é totalmente comprometido com o controle do desmatamento na Amazônia, e parcialmente em outros biomas, como o Cerrado — que é muito mais desafiador porque grande parte do desmatamento é legal — existe o problema da energia. O Brasil tem hoje energias renováveis competitivas, que já não dependem de incentivos do Estado, mas é o país com a maior perspectiva de aumento da produção de petróleo até o fim da década. E o governo Lula é muito favorável à exploração do petróleo. Isso é o mais visível neste momento, mas, em geral, o argumento do governo é que aumentar a produção de petróleo financiará a transição energética. Esse é um argumento usado por todo mundo, enquanto as emissões continuam aumentando extraordinariamente.

Porém, a crítica internacional ao Brasil pelo aumento da produção de petróleo vai ser um fenômeno secundário em relação ao sucesso que provavelmente o Brasil terá em controlar o desmatamento da Amazônia. E as forças favoráveis à exploração do petróleo no país são muito mais poderosas que as forças para a descarbonização.

Há outro ponto difícil de avaliar: o Brasil se coloca como um país que precisa receber ajuda internacional para controlar o desmatamento na Amazônia. Mas o país não precisa disso, porque já fez isso praticamente sem ajuda internacional no período de 2005 a 2012. É uma posição estreita de continuar dividindo o mundo em blocos: “Nós somos os pobres do mundo e os ricos têm que nos financiar”. No caso de um país como o Brasil, ou como a China (de renda média alta), me parece uma hipocrisia extrema.

Como o agronegócio brasileiro está se posicionando diante das mudanças climáticas? Que diferenças internas existem no setor?

A partir de 2016–2017, o setor mais cosmopolita do agronegócio começa a prestar muita atenção às diretivas do Fórum de Davos, e passa a dar uma importância crescente à descarbonização e à mudança climática.

//

Na esfera política, a bancada ruralista no Congresso é formada pelos dois setores do agronegócio que não incorporaram a descarbonização.

//

A agricultura brasileira é muito complexa. De um lado, há o agronegócio e, de outro, a agricultura familiar, e há diferenças internas dentro desses setores. No agronegócio brasileiro existe um setor tecnologicamente avançado que incorporou a descarbonização, que está crescendo. Há um segundo setor, tecnologicamente avançado, mas que ainda resiste à descarbonização. E existe um terceiro setor,

capitalizado porque detém grandes propriedades de terra, mas tecnologicamente mais atrasado, e que também não incorporou a descarbonização (esse setor está presente, por exemplo, na Amazônia).

O segundo setor — tecnologicamente avançado, mas resistente à descarbonização — domina a maior parte da produção, em termos de volume. Sua resistência à implementação da agricultura de baixo carbono passa pelos custos de transição envolvidos no processo. Apesar disso, existe uma preocupação de se afastar totalmente do desmatamento na Amazônia, porque esse setor produz muito também para a exportação, e está interessado em fazer o mínimo possível para manter uma imagem positiva. A outra característica do setor é a defesa intransigente do Estado de Direito no meio rural, uma força positiva diante das invasões dos movimentos sociais radicalizados.

Na esfera política, a bancada ruralista no Congresso é formada pelos dois setores do agronegócio que não incorporaram a descarbonização. O setor mais cosmopolita do agronegócio é formado por empresários bem sucedidos — a carreira, a empresa e a inovação empresarial são o sentido da vida deles. Eles não têm interesse em entrar na política porque seria, eventualmente, uma deterioração de sua qualidade de vida. Mas isso pode mudar. É importante que esse grupo tenha representação na bancada ruralista.



ARILSON FAVARETO

É professor da Universidade Federal do ABC e pesquisador do Cebrap, onde também exerce a função de diretor científico e coordenador da área de estudos sobre sustentabilidade, meio-ambiente e desenvolvimento. Nos últimos trinta anos tem se dedicado ao estudo de temas relacionados à agricultura e ao desenvolvimento territorial e, mais recentemente, à agenda da sustentabilidade e suas interdependências com mudanças climáticas e desigualdades. É sociólogo e doutor em Ciência Ambiental pela USP.

Qual é o histórico das políticas de desenvolvimento do Brasil e sua relação com o meio ambiente?

Aquilo que chamamos hoje de políticas de desenvolvimento têm uma pequena história. Ainda que existam diferenças, entre 1930 e 1964 vivemos um primeiro grande ciclo, no qual a atuação do Estado brasileiro e de parte importante das forças sociais da época estavam orientadas para que o país pudesse deixar para trás o seu passado agrário, e se transformasse em uma nação urbanizada e industrializada. Havia uma expectativa de que, com a urbanização e a industrialização, seriam removidas certas estruturas arcaicas da formação da sociedade brasileira, relacionadas com o nosso passado colonial.

De fato, no final do século 20 o Brasil havia se tornado um país predominantemente urbano, a economia se complexificou e nos tornamos uma das nações mais industrializadas da América Latina. Então, por um lado, essa agenda se cumpriu. Porém, tivemos uma urbanização parcial: a população deixou de ser rural, mas não conseguimos construir infraestruturas

urbanas como se imaginava. A industrialização também foi parcial e muito concentrada em São Paulo: isso gerou um país com enormes desigualdades espaciais e uma transformação débil e incompleta das estruturas econômicas.

Nesse processo, houve uma tentativa crescente de incorporar a classe trabalhadora à economia. Nesse mesmo ciclo houve o reconhecimento de direitos trabalhistas (1943), e ampliou-se o espaço da classe trabalhadora no processo de desenvolvimento. Mas é importante lembrar: isso valia, nessa época, somente para a classe trabalhadora urbana.

Em 1964 entramos em outra etapa. O regime militar continuou usando instrumentos do Estado como financiamento, investimento direto e incentivos para intensificar a industrialização, mas há uma ruptura. Aquele seria o momento de aprofundar as reformas estruturais que iriam completar o processo de incorporação da classe trabalhadora à vida econômica brasileira. Não é à toa que um dos elementos de tensão que estavam por trás da situação que redundou no golpe de 1964 eram as chamadas “reformas de base”: uma reforma agrária, uma reforma educacional, mudanças que todos os países do capitalismo avançado fizeram em algum momento. Aqui, não.

Podemos dizer que nesse momento há uma repactuação em termos de quais classes sociais seriam beneficiadas pelo processo de industrialização. As nossas velhas elites agrárias, que haviam sido secundarizadas entre 1930 e 1964, são recolocadas pelo golpe de 1964 no topo da pirâmide de forças sociais beneficiadas com o modelo de desenvolvimento brasileiro, agora como sócias da modernização, que viria a transformá-las no que hoje chamamos de “modernos produtores rurais”. E a classe trabalhadora, que vinha sendo gradativamente incorporada, desce um degrau: nesse país as desigualdades explodem.

De 1964 até a redemocratização dos anos 1980, já não havia mais um compromisso nacional-popular, como houve até então. O que passa a existir é o que Bresser-Pereira chama, com razão, de pacto autoritário-modernizante, e que outros já haviam chamado de “modernização conservadora” — um oxímoro, uma contradição em termos, mas o caso brasileiro é cheio dessas unidades de contrários amalgamadas.

Quando a ditadura militar entra em crise, esse modelo também colapsa. São duas faces da mesma moeda. Isso ocorre porque, nos anos 1980, o contexto já era muito diferente. Na geopolítica internacional, a Guerra Fria começava a perder fôlego, com o enfraquecimento do bloco soviético. O apoio às ditaduras diminuiu. E com a crise da dívida externa latino-americana e a impossibilidade de seguir financiando as bases daquele projeto modernizante se esvaem. Há uma perda de legitimidade da ditadura militar, com o enorme crescimento das desigualdades e uma crise econômica tremenda.

Com a redemocratização vem a terceira etapa das políticas de desenvolvimento no Brasil. Uma questão importante para a agenda do Estado nos anos 1990 é a inserção do país na globalização. O país tinha infraestruturas fundamentais para essa nova ordem econômica colapsada — caso da energia elétrica e da telefonia. Junto disso, o Estado estava quebrado. A solução adotada envolvia uma política de abertura comercial, para que o país pudesse ingressar na globalização, e de privatizações, para atrair capital externo e modernizar essas estruturas. Havia também uma expectativa, que não se cumpriu totalmente, de que esse

choque na economia e nas estruturas econômicas brasileiras representariam um “choque de capitalismo”, trazendo novos atores e novas práticas para o jogo de forças sociais. Esperava-se que essas forças levassem à redução do patrimonialismo, enfraquecendo práticas arcaicas de dependência de subsídios e outras modalidades de captura do Estado e do fundo público. Isso não aconteceu.



Mudanças climáticas e desigualdades são dois dos temas fundamentais do debate público contemporâneo em escala global e local. Os modelos já experimentados não produziram boas respostas para estas questões. Estamos em uma encruzilhada, e sendo convidados a revisitar os modelos de desenvolvimento que já experimentamos até hoje, e a imaginar os novos, que precisaremos experimentar nas próximas décadas.



De qualquer maneira, um ajuste ocorreu na economia brasileira. Nos anos 2000, ingressamos em outro ciclo das nossas políticas de desenvolvimento, chamada por alguns de social-desenvolvimentismo, em que a grande questão passa a ser como recuperar o papel do Estado, pois a globalização e os mercados não haviam sido suficientes para inaugurar um novo ciclo de crescimento econômico, e a dívida social tampouco fora resolvida nos anos 1990. Porque, em um primeiro momento, a estabilização da inflação dos anos 1990 trouxe

ganhos para a classe trabalhadora; mas, na virada para os anos 2000, o país ainda apresentava um percentual de pobreza muito elevado.

A promessa agora, no início do século 21, voltava a ser o impulso ao crescimento econômico, que havia sido muito baixo ao longo dos anos 1980 e 1990, por meio do papel do Estado, com políticas industriais, agrícolas, investimento em infraestrutura, tudo isso acompanhado de uma forte agenda social.

Nesse ciclo, programas de combate à pobreza que existiam nos anos 1990 são unificados, mas além disso aumenta o gasto com políticas sociais. É falsa a controvérsia sobre a continuidade ou inovação em relação ao que se fazia na década anterior. Houve as duas coisas: nem tudo foi inventado, tampouco foi mera continuidade.

Esse modelo vai funcionar até 2012, 2013, quando há uma enorme crise, cujo maior símbolo talvez sejam as famosas manifestações de 2013, seguidas da interrupção do mandato da presidente Dilma Rousseff. A partir daí o Brasil volta a uma situação de muito baixo crescimento econômico. Mas, mais que isso, instala-se uma crise sobre qual modelo de desenvolvimento o país deve perseguir. Aos velhos desafios se somam alguns novos, como a crise climática e a fragilização da democracia.

Para alguns, a resposta a esse dilema é a retomada do modelo dos anos 1990, com maior liberalização da economia. Para outros, a saída está em recuperar o modelo dos anos 2000, com uma agenda social desenvolvimentista, com forte participação do Estado e papel relevante do gasto público. Mas há também quem defenda uma renovação das agendas como algo necessário, em um pensamento mais alinhado com os grandes desafios do século 21, o que obrigaria repensar que tipo de estrutura produtiva queremos para o país ao longo das próximas décadas, e com que tipo de inserção na ordem internacional.

Meu pensamento está alinhado com essa terceira posição. Não me parece razoável imaginar um futuro dependente da exportação de commodities, como hoje. É falsa a ideia de que o Brasil vai alimentar o mundo e fornecer

os bens primários que as economias em crescimento demandam.

O que devemos pensar é de que maneira a agenda da sustentabilidade pode ser uma orientadora das políticas de desenvolvimento. Mudanças climáticas e desigualdades são dois dos temas fundamentais do debate público contemporâneo em escala global e local. Os modelos já experimentados não produziram boas respostas para estas questões. Estamos em uma encruzilhada, e sendo convidados a revisitar os modelos de desenvolvimento que já experimentamos até hoje, e a imaginar os novos, que precisaremos experimentar nas próximas décadas.

Como essas políticas transformaram o território? Quem ganhou e quem perdeu nesse processo?

Uma das principais características do desenvolvimento brasileiro ao longo dos últimos cem anos foi a produção de uma grande heterogeneidade no território brasileiro. Durante muito tempo fomos acostumados a pensar em termos de uma grande divisão norte-sul: um sul industrializado e urbanizado e um norte (não a região Norte, oficial, mas toda a parte setentrional do Brasil) agrário. Ocorre que essa imagem não corresponde mais à verdade.

O processo de industrialização brasileiro produziu embriões de industrialização no Brasil interiorano. O Nordeste, por exemplo, hoje não é mais uma coisa única; existem pólos de industrialização muito importantes no litoral e no interior da região. Hoje há uma rede de cidades médias muito importantes no Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil. E há, no Sul e no Sudeste, manchas espaciais nas quais há indicadores sociais ruins e uma diversificação produtiva muito débil.

Outro elemento importante da heterogeneidade espacial brasileira está ligado às estruturas econômicas que se constituíram. Mesmo quando se trata de uma atividade econômica pujante, como a soja, quando produzida em propriedades muito grandes e em larga escala, com



amplo uso da mecanização, os impactos territoriais são muito diferentes do que aquilo que se observa quando a mesma produção se dá com base em um mar de pequenas propriedades.

Por exemplo, a produção da soja como ocorre no Sul do Brasil, onde ela surgiu, apoiando-se predominantemente em uma agricultura de pequena escala, ou no que chamamos de agricultura familiar, pois se baseia em pequenas unidades empregando sobretudo o uso do trabalho das próprias famílias desses pequenos agricultores. Nesse cenário, a riqueza já é produzida de maneira desconcentrada. É totalmente diferente do que ocorre no Mato Grosso ou região do chamado Matopiba, na confluência do Maranhão com Tocantins, Piauí e Bahia. Ali há fazendas com mais de 100 mil hectares. Considere que, grosso modo, um hectare corresponde a mais ou menos um campo de futebol: são 100 mil campos de futebol, em uma única propriedade. Os donos dessas fazendas (em geral, são empresas) certamente não gastam a riqueza produzida ali no próprio município em que a fazenda se encontra. Muitos desses municípios têm em torno de 20.000 habitantes e a riqueza produzida não circula ativando a economia local, é exportada. Municípios como Sorriso, Luís Eduardo Magalhães, Lucas do Rio Verde — as chamadas “cidades do agronegócio” — são exceções e não a regra.

Agora, imagine essas mesmas centenas de milhares de hectares de soja divididos em pequenas unidades de produção — não se trata de nenhuma utopia comunista ou de converter fazendas e assentamentos, pois isso já existe na região Sul do Brasil —, essa riqueza circula no próprio local, porque cada um desses sítios provavelmente utilizaria essa renda no mesmo município da região em que vive, para se alimentar, para melhorar a casa, para comprar roupas, remédios. São duas paisagens completamente diferentes. A riqueza produzida é a mesma, mas as sociedades produzidas são muito diferentes. Nesse segundo caso, o que há é um modelo mais desconcentrado. Há indicadores de desigualdade, por certo, mas muito mais baixos, e uma relação rural-urbano muito mais dinâmica. Não é o deserto e a monotonia que marca as paisagens do Cerrado. No Centro-Oeste, é possível andar uma enorme quantidade de tempo e não se vê uma alma viva. De vez em quando há uma colheitadeira. A

média de emprego, por exemplo, na produção da soja, é de um emprego a cada 100 hectares. Usando a mesma metáfora aproximada, são necessários 100 campos de futebol para empregar apenas uma pessoa.

Quem perde com esse modelo de desenvolvimento brasileiro? Em primeiro lugar, as populações tradicionais, os povos indígenas. Essas populações não tiveram oportunidades, nem tiveram seus modos de vida respeitados e garantidos. E o Brasil não precisava ter destruído seus modos de vida para viabilizar a produção de riquezas. Não faltava a terra, nem tecnologia, para produzir mais, sem devastar, sem promover isso que muitos chamam de um processo de “acumulação por despossessão”. Quem diz isso não sou eu, e sim as lideranças do próprio agronegócio, quando argumentam que a maior parte do aumento da produção já vem dos ganhos de produtividade, e não de expansão da área cultivada. A pergunta é: por que a conversão de áreas com florestas e de populações tradicionais continua a ser incorporada à produção, então?

As populações tradicionais tampouco tiveram oportunidades de serem integradas aos circuitos comerciais, porque para isso também são necessários ativos, como educação, terra, acesso a mercados, de trabalho ou de produtos e de serviços. Nunca houve uma prioridade para a incorporação dos mais pobres e das populações tradicionais. Eles restam relegados a receber políticas sociais, no máximo.

Em segundo lugar, o conjunto da classe trabalhadora perde, porque estamos aprofundando um modelo de produção altamente poupador de trabalho. A principal atividade econômica no Brasil hoje é a agricultura, que emprega cada vez menos gente — não só no Brasil, no mundo inteiro. E a modernização tecnológica vai continuar fazendo com que se produza cada vez mais, com menos gente.

O que se faz com essas pessoas? Existem três respostas. A primeira, a pior possível, é dizer apenas “lamento, o mundo é assim, uns ganham, outros perdem”. Essa é uma resposta ruim, porque além da insensibilidade nela contida, significa deixar um contingente enorme de pessoas fora da participação na vida social e econômica. Isso é ruim para todos.

A segunda resposta é dizer: “não tem lugar para essas pessoas no mundo produtivo, então temos que garantir um mínimo para essas pessoas com uma rede de proteção social”. Também não parece satisfatória. Mesmo que tenhamos que reconhecer que, no capitalismo contemporâneo, e sobretudo no capitalismo das próximas décadas, talvez não exista trabalho para todos. Isso significaria condenar uma grande parte da população a viver de políticas sociais. Mas a sociedade talvez não aceite a ideia de gastos crescentes para aumentar a rede de proteção social.

Uma terceira resposta possível seria: “sim, no capitalismo contemporâneo precisamos de uma rede de proteção social forte e cada vez mais extensa, mas temos também que pensar em que dimensões é possível ampliar as oportunidades de inclusão econômica das pessoas”. A favor dessa visão, é preciso considerar que, em muitos casos, com um mesmo montante de investimento, é possível viabilizar uma atividade econômica que gera mais ou menos emprego, que produz a riqueza de forma mais concentrada ou menos concentrada, como no exemplo já mencionado da soja.

Hoje o setor financeiro e o agronegócio são os setores que mais lucram. O problema é que ambos são altamente concentrados, e não produzem naturalmente distribuição de riqueza. Não dá para imaginar o futuro do país sem o agronegócio ou sem o setor financeiro, é claro. Mas o arranjo geral do que cabe a esses setores e do que tem que ser produzido para contrabalançar esse efeito de concentração precisa ser pactuado na sociedade brasileira. Esse é um ponto que deveria estar orientando o nosso debate sobre o futuro.

Podemos mudar os rumos do nosso desenvolvimento, considerando um viés sustentável?

É totalmente possível conciliar o agro e a redução do desmatamento nos biomas brasileiros. O agro brasileiro não precisa incorporar novas terras, nem do Cerrado e nem da Amazônia. Ele pode produzir mais com a área

que já ocupa. Temos tecnologia para isso. Temos áreas desmatadas que podem ser objeto de expansão da produção com a recuperação de pastagens degradadas. Um dos segmentos mais promissores para atrair investimentos externos envolve justamente os dispositivos de mercado para remunerar uma agricultura regenerativa. Se o agro brasileiro se abrir mais para uma diversificação da sua pauta, esse caminho pode ser viável.

//

Há uma oportunidade de lidar com as duas agendas — social e ambiental — ao mesmo tempo. Ou podemos lidar com uma prejudicando a outra. Esse é o tipo de cálculo que tem que ser introduzido na tomada de decisão.

//

Hoje estamos em uma situação de relativa comodidade: exportamos grãos quase exclusivamente para a China (oito em cada dez toneladas de soja, por exemplo). Mas esse modelo — que inclusive tem pouca agregação de valor no Brasil — vai se esgotar, porque é muito provável que a China também tenha mudanças de comportamento. À China não interessa depender excessivamente da soja brasileira. Já está em curso uma diversificação de seus parceiros. Há uma grande incógnita sobre qual será o papel da África na produção agrícola mundial; trata-se de um continente que tem grande influência de investimentos chineses. De modo geral, a China vem fazendo uma mudança no seu estilo de desenvolvimento, que, a longo prazo, afeta as exportações do Brasil.

Além disso há as mudanças climáticas. As perdas com eventos extremos são o “novo normal”. Muitos apontam que será inviável seguir produzindo como hoje, pois os custos de produção (com irrigação, por exemplo) tendem a aumentar, comprimindo a competitivi-

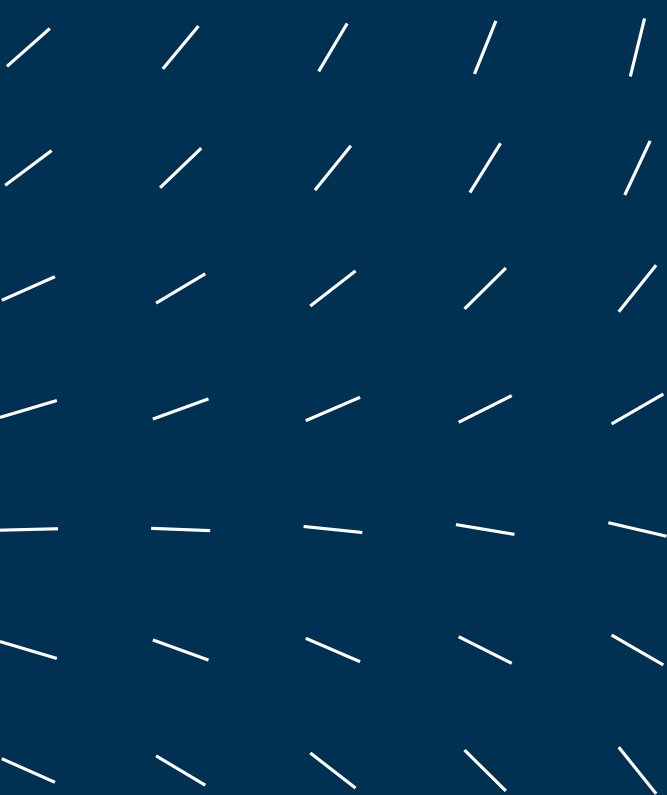


dade. Ou porque os custos externalizados ao conjunto da sociedade são crescentes, sob a forma de seguros ou sob a forma de gastos com efeitos indiretos do que Ricardo Abramovay vem chamando de “monotonia dos sistemas alimentares”.

Precisamos olhar para um horizonte um pouco mais alargado. O próprio agro precisará se reinventar. Há atores e setores que já estão fazendo isso. Eles precisam ter mais força. Os instrumentos de política pública precisam priorizar esses setores avançados, disruptivos e inovadores, mais sensíveis à agenda ambiental e social. Existe uma diversificação de práticas no agro, ainda embrionária. Porém, é um arquipélago de inovações em um oceano de práticas convencionais. Temos que ampliar o espaço dessas pequenas ilhas, conectá-las melhor, para que seja possível diversificar ainda mais e de forma crescente a paisagem do agro brasileiro.

Há um potencial enorme para aquilo que se chama de bioeconomia. Mas a bioeconomia também tem armadilhas. É possível viabilizar todo um segmento de bioeconomia produzindo desigualdades, ou, alternativamente, criando arranjos produtivos e modelos de negócio que garantam uma partilha mais justa dos resultados produzidos com a população local. Senão, isso vai gerar um novo modelo de exploração, no sentido ruim da palavra, de recursos naturais locais e de pessoas — uma economia supostamente sustentável, mas que não gera melhoria para as condições de vida da população local.

Tudo isso dependerá de que modelo de negócio será incentivado, de como os instrumentos de política pública serão usados: investimentos, regulação, incentivos. Há uma oportunidade de lidar com as duas agendas — social e ambiental — ao mesmo tempo. Ou podemos lidar com uma prejudicando a outra. Esse é o tipo de cálculo que tem que ser introduzido na tomada de decisão. Em grande medida, os contornos futuros do Brasil dependem dessa equação.



F U N D A Ç Ã O

F E R N A N D O
H E N R I Q U E
C A R D O S O